

Descentralização da saúde

A descentralização dos serviços públicos prestados com recursos federais como merenda escolar, a assistência médico-hospitalar etc. foi defendida pelo Jornal de Brasília, em editorial publicado ontem. O assunto foi abordado em função da sanção presidencial, no dia anterior, do projeto de lei do deputado gaúcho Nelson Proença que determina precisamente a municipalização da merenda, conforme notícia publicada na véspera. Coincidentemente, na mesma quarta-feira — e na mesma página — havia a informação de que o investimento per capita em saúde, no Brasil, no ano passado ficara em US\$ 58, o que representava uma queda de 10% em relação aos US\$ 63,4 de 1990.

A notícia é preocupante não apenas porque a situação da saúde pública no Brasil não justifica uma redução dos gastos nessa área, mas também porque o valor das despesas per capita aproximou-se do absurdo nível de 1/10 do patamar recomendado pela Organização Mundial de Saúde. O dado provavelmente é desconhecido do presidente argentino Carlos Menem, que provocou a justa indignação do chefe do Governo brasileiro, Itamar Franco, ao comparar recentemente o salário mínimo dos dois países quando repeliu as críticas de manifestantes contra sua política econômica. É que a Argentina, como a Turquia, gasta US\$ 600 per capita com saúde.

Os dados da notícia, divulgados na véspera, no Rio, pelo sanitarista Alexandre Cardoso, diferem bastante (talvez por uma questão de metodologia) dos números divulgados pelo Banco Mundial em seu "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1993", dedicado aos investimentos em saúde. De acordo com este documento, o Brasil gastou, em 1990, US\$ 132 (ao câmbio oficial) com saúde, contra US\$ 100 do Chile, US\$ 124 do Uruguai e US\$ 138 da Argentina.

Os valores apontados pelo Banco Mundial não melhoram muito a situação — em primeiro lugar, não atenuam a notória crise

da saúde pública no País — e não ajudam, sequer, nas estatísticas, pois, segundo o mesmo relatório, o percentual das despesas com saúde caiu de 8,0%, em 1990, para 6,7% em 1991. O dado se torna mais grave quando se leva em conta que, no mesmo período, os gastos com "habitação, comodidades (água, luz, saneamento), seguridade e bem-estar social" baixaram de 32,0% para 25,5%.

O documento do Banco Mundial é crítico também quanto à forma como os recursos são aplicados ao afirmar textualmente: "Em 1965, o Brasil destinava 64% dos gastos públicos com saúde a serviços preventivos e de saúde pública; em meados dos anos 80 o percentual caíra para 15, destinando-se aos hospitais 70% dos gastos". Ou seja, independente de quanto gaste, o Governo brasileiro gasta mal. No que diz respeito ao papel do Estado, o texto é seco e implacável: "Como demonstrou uma pesquisa recentemente feita no Brasil, seria possível melhorar muito a qualidade do atendimento médico, sem gastar muito, bastaria o Governo desempenhar melhor seu papel. Outro problema que os governos têm poucas condições de resolver são o crescimento acelerado e a falta quase total de regulamentação dos seguros privados, como ocorre no Brasil e na Coréia, por exemplo" (sic).

Apesar da contundência das análises, o relatório do Banco Mundial aponta alguns aspectos positivos dos serviços de saúde no Brasil. É o que ocorre quando destaca o trabalho do Instituto Materno-infantil de Pernambuco. Ao comentar essa experiência, o texto conclui que ela oferece "lições acerca da prestação de atendimento básico de um modo eficaz em termos de custos". Entre as lições, menciona que "as mudanças ficam mais fáceis se houver autonomia... pode-se pleitear com boa base que a iniciativa privada financie mais os serviços públicos, ou então que os sistemas públicos sejam descentralizados". Como se percebe, a tese da descentralização como instrumento para melhorar os serviços públicos não é invenção deste jornal.